

A monocultura de soja no Rio Grande do Sul: consenso e contradições

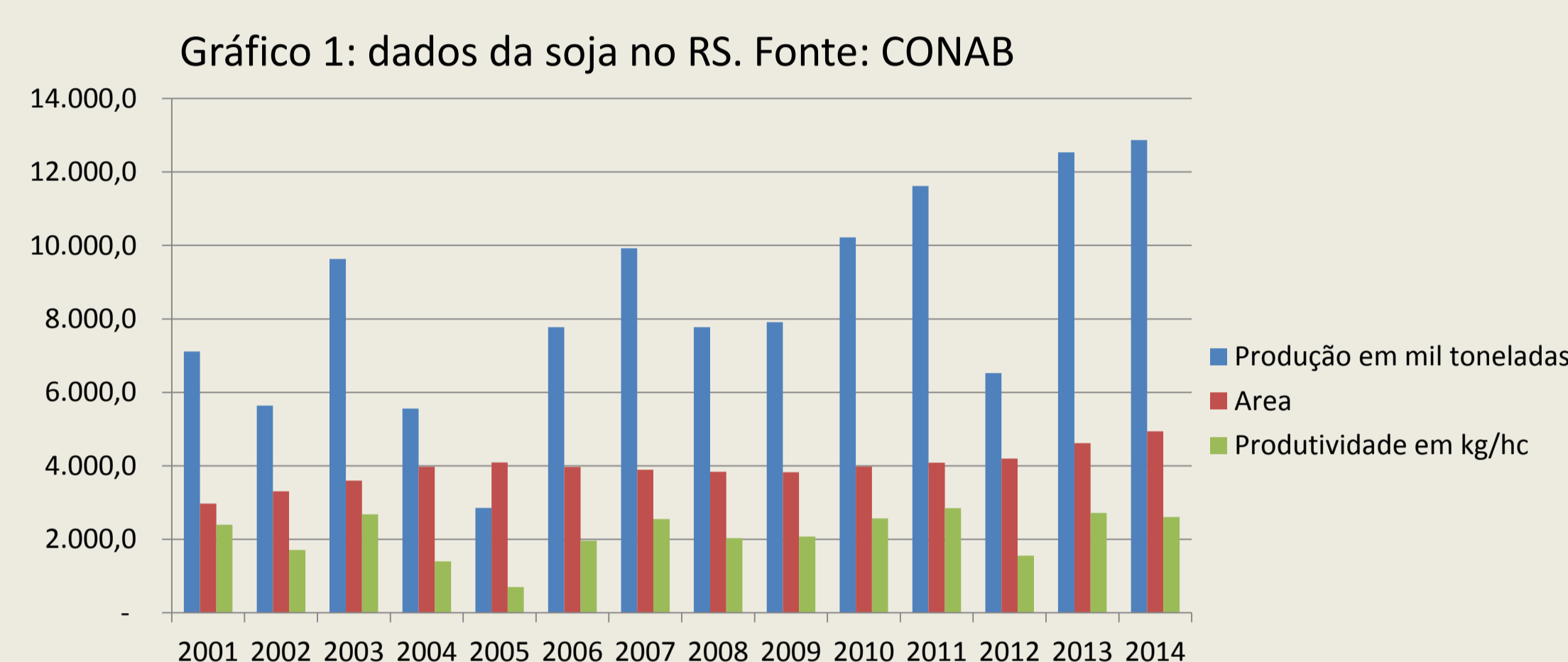
Autor: Fernando Nichterwitz Scherer (Bolsista CNPq), graduando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Ceci Araujo Misoczky (UFRGS)

Contato: fernandonscherer@msn.com



INTRODUÇÃO

O Brasil é o segundo maior produtor de soja no mundo, contabilizando aproximadamente 27% de toda a soja produzida em nosso planeta (RIO GRANDE DO SUL, 2014). A área utilizada para o cultivo da soja no país aumentou 25% desde 2010, e, hoje, corresponde a aproximadamente metade de toda a área de cultivo de grãos. Segundo estimativas do Ministério da Agricultura, a safra de 2013/2014 vai superar 30 milhões de hectares (BRASIL, 2014a), tendo destaque as regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil. A soja é apontada pelo Governo Federal como peça chave para a manutenção do equilíbrio da balança comercial (BRASIL, 2014b). Incentivada por políticas públicas, a produção de soja deve chegar a 86 milhões de toneladas em 2013/2014, ultrapassando a marca de 81 milhões de toneladas da safra recorde de 2012/2013 (BRASIL, 2014a). O Governo Federal tem atuado de forma a colocar a soja em destaque nos incentivos que oferece ao agronegócio. Somam-se às linhas especiais de crédito oferecidas, os incentivos fiscais concedidos a produtores e outros componentes da cadeia de suprimentos da soja. Há, ainda, outra importante forma de incentivo do Governo Federal ao agronegócio no país, que se manifesta nas instâncias jurídicas e normativas. Um dos pontos-chaves de incentivo ao cultivo da soja versa sobre a incorporação de tecnologia em sua produção, especialmente no que diz respeito à utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). No Brasil, a primeira permissão foi concedida em 2003 e 2004: sementes transgênicas de soja resistentes ao glifosato, produzidas pela empresa Monsanto, foram liberadas para produção em escala comercial. Essa decisão foi fortemente criticada por diversos setores da sociedade que debatem os riscos ao meio ambiente e à saúde humana que os OGMs fornecem. Em vista disso, o foco deste estudo é o Rio Grande do Sul (RS), terceiro maior produtor dentre as unidades federativas do país, que tem especial importância neste contexto, porque desde o início da implementação dos OGMs nas lavouras de soja no Brasil os agricultores gaúchos investiram nessa forma de tecnologia. Por um lado, o aumento da produtividade por hectare, de 11% na comparação 2013/2014 com 2001/2002, é amplamente celebrado e vinculado diretamente a um discurso de modernização do campo; por outro, o aumento das áreas utilizadas para o plantio de soja, que cresceram quase 70% no mesmo período, recebe pouca atenção nos veículos oficiais e na imprensa. Para além do aparente consenso, há diversos indicativos que sugerem que os desdobramentos desses incentivos às lavouras de soja não estão sendo devidamente dimensionados. Dentre os aspectos que carecem de maior atenção está o uso deliberado de agrotóxicos que é potencializado pelos OGMs e tem como consequências a contaminação do solo, da água, dos alimentos produzidos e dos trabalhadores da zona rural. Somente nas plantações de soja, as aplicações químicas somam, em média, de 10 a 12 litros por hectare (UOL NOTÍCIAS, 2012; PIGNATI, 2010). Diversos estudos e organizações têm denunciado que a estratégia de impulsionar o agronegócio da soja traz graves consequências sociais, ambientais e para a saúde humana, além de efeitos econômicos indesejáveis, como o aumento da dependência de produtos importados na produção agrícola nacional (SAUER, 2010; PIGNATI, 2007; O VENENO..., 2011). Face ao exposto, esse trabalho consiste em uma pesquisa exploratória que tem como objetivo articular informações que possibilitem uma abordagem mais compreensiva sobre a presença, expansão e repercussões dessa monocultura no Rio Grande do Sul, considerando também os aspectos contraditórios que estão envolvidos.



O DESTAQUE DA SOJA NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Ainda que os dados quantitativos pareçam promissores e que, de fato, tenha ocorrido um aumento na produção agrícola gaúcha – que expandiu 39,7% no período contemplado pelo Gráfico 1 - a partir da implementação de novas tecnologias, é preciso realizar uma análise qualitativa do impacto socioeconômico das monoculturas de soja, especialmente no que diz respeito à consolidação das grandes multinacionais. Na medida em que essas empresas fornecem de forma exclusiva os insumos necessários às demais etapas de produção ou controlam etapas estratégicas do processo produtivo, cria-se uma relação de dependência entre o sucesso da produção agrícola do estado e os interesses da multinacional Monsanto. De 2008 para 2009, o número de domicílios rurais no Rio Grande do Sul – que vinha crescendo até então – caiu de aproxi-

madamente 658.000 para 644.000 unidades (BRASIL, 2009). Tal redução no número de propriedades rurais no estado pode ser tomada como um indicativo do aumento da concentração da posse de terra no RS, o que, por sua vez, levanta questionamentos sobre a migração de grupos familiares do campo para as zonas urbanas. O fenômeno do êxodo rural provocado pela modernização da agricultura, identificado em diversas regiões, levou o processo de crescente emprego de capital e tecnologia regido pelo agronegócio a ser chamado de “modernização conservadora”, por manter e ampliar a estrutura latifundiária do campo. O aumento do preço da terra é um dos principais meios pelos quais a concentração de propriedades rurais se intensifica. Ao pesquisar os impactos do plantio de soja transgênica no município de Nova Alvorada/RS, Zatt (2013, p. 40) identifica o êxodo rural como o principal desdobramento social da expansão do cultivo no Município. Os agricultores relatam que as barreiras financeiras e tecnológicas do modelo agrícola agroexportador obrigam muitos pequenos produtores a procurar melhores condições de vida na cidade. Por outro lado, as empresas que dominam a tecnologia e o capital empregados na produção agrícola acabam atuando, muitas vezes, em uma situação de monopolistas. A Monsanto, absoluta no fornecimento de sementes de soja geneticamente modificadas utilizadas em escala comercial no Rio Grande do Sul, é, também, a principal fornecedora do glifosato, agrotóxico mais utilizado nas lavouras de soja transgênica. Os pesados investimentos em biotecnologia realizados por grandes multinacionais do setor agrícola, somados às concessões de patentes de técnicas de processamento e de sequências do código genético, criam barreiras praticamente intransponíveis para a entrada de novos concorrentes no desenvolvimento de OGMs. Além disso, o crescente emprego da biotecnologia na agricultura expropria o saber técnico dos produtores, que se tornam dependentes da tecnologia em domínio de multinacionais. Como consequência, as técnicas tradicionais de cultivo do solo, seleção de sementes e rotação e diversificação de culturas estão sendo estranguladas pelo modelo agroexportador.

O URBANO COMO MODERNO E O RURAL COMO ATRASADO: DILEMA NO CAMPO BRASILEIRO

A preponderância dos valores culturais urbanos sobre os valores culturais rurais na modernidade é utilizada como um segundo pilar para a argumentação em prol do modelo agrário exportador brasileiro. Os avanços tecnológicos promovidos pelo agronegócio são tratados como uma forma de “urbanização do campo”. Sendo assim, quando postas sob uma perspectiva que centraliza os valores do meio urbano, manifestações contrárias à liberação em escala comercial de OGMs ou ao emprego deliberado de agrotóxicos são caracterizadas como ideias retrógradas que atrasam o avanço científico e o progresso (SAUER, 2010). Partindo de uma suposta isenção da ciência de qualquer pressuposto social ou político, o agronegócio passa a ser defendido como a melhor forma de reduzir o custo de produção de alimentos e de atender à demanda nutricional da população mundial produzindo alimentos de melhor qualidade. Estabelece-se o agronegócio como uma importante ferramenta no combate à fome e à desnutrição. As informações obtidas nesse estudo visam propor uma contra argumentação a essas teses. No que diz respeito aos ganhos em escala de produção obtidos no RS nos últimos anos, fica claro que estes estão mais diretamente relacionados ao aumento das áreas de cultivo da soja do que a um aumento efetivo de produtividade, possibilitado pela introdução das técnicas de biotecnologia e pelo emprego intensivo de capital. Revelar o caráter das modificações genéticas de alimentos produzidos em escala comercial também é de extrema importância para que possamos compreender os desdobramentos da introdução da biotecnologia nas lavouras de soja. No final dos anos 1990, mais de 90% dos investimentos em engenharia genética na agricultura eram voltados para a produção de variedades mais resistentes a herbicidas ou pesticidas. No entanto, segundo o médico e pesquisador Wanderlei Pignati, não existe uso seguro de agrotóxicos (IHU ONLINE, 2014). A utilização desses produtos implica em riscos para a saúde de trabalhadores e consumidores e para o meio ambiente. Diversos casos de intoxicações agudas de trabalhadores são relatados anualmente no Brasil. Estão relacionadas ao contato que os trabalhadores e moradores da zona rural têm com os produtos químicos empregados nas lavouras de soja doenças como: câncer, problemas hepáticos, disfunções hormonais, má formação em fetos e até mesmo problemas neurológicos. O Brasil é, desde 2008, o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Não é, no entanto, o maior produtor mundial de alimentos. Além da corrida pela liberação de variedades transgênicas mais resistentes a pesticidas e herbicidas em escala comercial, existe também uma flexibilização das leis e normas que limitam e controlam o uso de agrotóxicos. Neste âmbito, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) atua de forma manter os índices de tolerância do país bem acima dos permitidos em regiões como a Europa e os Estados Unidos. produção de soja é de especial importância nesse contexto por representar o consumo de 45% do total de agrotóxicos (MENTEN, 2009 p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciam os dados apresentados nesse estudo, o cultivo da soja - principal atividade agrícola do Rio Grande do Sul – está se expandindo através da replicação de um modelo de produção baseado na monocultura voltada para exportação, no emprego da biotecnologia e no uso intensivo de capital e maquinário (SAUER, 2010; VILADESAU, 2010). Ainda que inúmeras pesquisas realizadas em diversas áreas nos alertem sobre os impactos sociais, ambientais, políticos e para a saúde humana do emprego de biotecnologias nas lavouras de soja, as decisões do Governo Federal, através suas instâncias representativas, vêm permitindo e incentivando a introdução dessas técnicas. Em oposição aos diversos setores da sociedade que se articulam para combater e contrapor essas decisões, o discurso oficial dos representantes do Governo Federal procura legitimar o apoio concedido ao agronegócio, e as consequentes contribuições para o fortalecimento das empresas multinacionais do setor, valorizando exclusivamente as bases técnicas e científicas da decisão: o peso político e econômico da legalização de OGMs e agrotóxicos é mascarado por uma postura tecnicista. A presença e a expansão das lavouras de soja no Rio Grande do Sul estão inseridas nesse ambiente de contradições. São algumas das principais repercussões levantadas por esse estudo: o aumento da concentração da posse da terra e do êxodo rural, por consequência; o agravamento dos prejuízos à saúde de trabalhadores, habitantes da zona rural e consumidores e dos impactos ambientais, provocados especialmente pela utilização de agrotóxicos; e o fortalecimento excessivo de empresas, a nível econômico e de decisões políticas e estratégicas.

Principais Referências:

PIGNATI, W.; MACHADO, J. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do Mato Grosso. Rio de Janeiro, Fiocruz /ENSP, 2007, p. 81-105

SAUER, S. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ZATT, D. T. *Os impactos socioeconômicos e ambientais do cultivo da soja transgênica no município de Nova Alvorada/RS*. 2013. Trabalho de conclusão de curso (tecnólogo em planejamento e gestão para o desenvolvimento rural a distância – Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

O VENENO está na mesa. Direção: Sílvio Tendler. Rio de Janeiro: CALIBAN CINEMA E CONTEÚDO, 2011. (50 min.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=cbVGL62C0Jw>>. Acesso em: 09 jun. 2014.